

Depois de uma segunda-feira marcada por terríveis boatos e nítida especulação, os mercados financeiros retornaram à normalidade. Os preços dos ativos de risco oscilaram bastante, como é da natureza desses mercados. O custo do dinheiro oscilou pouco. Em nenhum momento houve descontrole, nem o governo interveio praticando aquelas operações, costumeiras no passado. Evitou-se assim um tipo de ação que acaba custando muito caro aos cofres públicos, isto é, à imensa maioria do povo brasileiro, que paga impostos e passa a sua existência muito ao largo dos negócios financeiros.

Mais uma vez a política monetária posta em prática pelo ministro Marcílio Marques Moreira, desde quando assumiu o Ministério da Economia, demonstrou ser segura e confiável. Apesar disso, o dia de ontem foi assinalado por uma saraivada de críticas e intrigas dirigidas contra o ministro, coincidentemente, fora do país.

Esse quadro nos convida a uma reflexão mais detida sobre o comportamento de cada um diante dos problemas graves que atormentam a nação brasileira.

Econ-Brasil! Não podemos fraquejar agora

Primeiramente, cabe-nos apoiar a declaração do ministro interino da Economia, Luiz Antonio Gonçalves, quanto à necessidade de manter a austeridade das atuais políticas monetária e fiscal. Como disse Gonçalves, fraquejar agora "significa jogar fora um ano de esforços, estourar as contas públicas e, consequentemente, produzir mais inflação".

A recessão, embora dura, não se tornou subitamente mais aguda. É sem dúvida um mal, mas não é um mal maior do que os riscos aos quais a economia brasileira estaria exposta, no caso de uma repentina inflexão.

É natural que a manutenção de uma rigorosa conduta das autoridades quanto à política monetária provoque queixas e reclamações. Mas ninguém, em sã consciência, pode defender a viabilidade de uma saída indolor para uma crise que, ao longo dos últimos anos, conseguiu produzir estagnação econômica apesar do descontrole nos gastos públicos.

Essa posição, porém, não pode ser meramente estática. É imprescindível que o governo e a comunidade econômica estejam atentos para a necessidade de enfrentar o flagelo do desemprego, de estimular consistentemente determinados setores produtivos e de não esmorecer diante das dificuldades encontradas.

Todos sabem que a inflação brasileira tem causas estruturais que não podem ser extirpadas se não for obtido um consenso, racional e razoável, em torno da reforma do setor público e do aumento da produtividade nacional.

É um equívoco evidente acreditar que essa situação possa ser alterada pela troca do ministro da Economia ou pela adoção de mais um plano muraculoso ou ajuste de emergência.

Como diz o ministro Marcílio, é preciso perseverar na busca de um processo de estabilização definitivo e, para ter êxito, é preciso que essa busca seja irreversível.

Uma das características essenciais de um regime democrático é a liberdade de crítica, principalmente da crítica aos ocupantes de cargos públicos.

Mais do que nunca, no entanto, o atual momento brasileiro recomenda que essa crítica seja construtiva. É indispensável oferecer e debater alternativas objetivas, propostas concretas de solução, que respeitem a prioridade de controlar o déficit público e estabilizar a moeda.

Os líderes empresariais, formadores de opinião, parlamentares e dirigentes políticos e sindicais devem procurar esse caminho, sem se deixar atrair pelo oportunismo dos interesses imediatos, nem pela radicalização do desespero. Esse é o desafio que se coloca diante de cada um de nós.

Já é possível divisar no horizonte algumas tendências animadoras. O sucesso da safra agrícola, particularmente em uma região pobre como o Nordeste, e a recuperação da credibilidade externa são indícios de que devemos procurar andar mais depressa, sem abandonar o caminho certo. Agora, não podemos fraquejar.